

Política no Brasil do século

Categorias aristotélicas por Silvestre Pinheiro Ferreira • Musas errantes: tesouros da Antiguidade Clássica no labirinto da Biblioteca Nacional Brasileira • Eudoro de Sousa e a Mitologia • Câmara Cascudo em defesa de Epicuro • Medéia carioca • Ecos de Platão em Vergílio Ferreira • Imaginário clássico na poesia de António Arnaut • Motivos clássicos na poesia novilatina em Portugal: Manuel da Costa • Uma Ifigénia portuguesa: “Noite escura” de João Canijo • Uma leitura de Mau Tempo no Canal de Vitorino Nemésio • A phýsis grega e o Brasil: as viagens de Von Martius • Fantasia para dois coronéis e uma piscina. Ecos clássicos num contexto do séc. XX

A RECEPÇÃO DOS CLÁSSICOS EM PORTUGAL E NO BRASIL

MARIA DE FÁTIMA SILVA
MARIA DAS GRAÇAS DE MORAES AUGUSTO
COORDENAÇÃO

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

português • O que não cabe nas palavras -
tempóricas e reconhecimento em A tragédia de Bue
Versão integral disponível em digitalis.uc.pt

Politeia Tropical:
*a recepção dos clássicos, a tradição
política no Brasil do século XIX e a
tradução das Categorias aristotélicas por
Silvestre Pinheiro Ferreira*

(Tropical *Politeia*: Classical reception, the political tradition in nineteenth-century Brazil and the translation of Aristotle's *Categories* by Silvestre Pinheiro Ferreira)

Maria das Graças de Moraes Augusto
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Universidade Federal do Rio de Janeiro

http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1043-6_1

RESUMO - A importância do século XIX para a história da recepção dos clássicos gregos na vida política brasileira e as traduções que são elaboradas ao longo desse período, além de serem um fato inequívoco, podem nos auxiliar a compreender o processo de concepção da ideia de uma “nação brasileira”.

Nesse sentido, nosso objetivo aqui consiste na retomada da tradução das *Categorias*, de Aristóteles, feita por Silvestre Pinheiro Ferreira, e publicada no Rio de Janeiro, em 1814, pela Impressão Régia, para servir de base às suas *Preleções Filosóficas*, ministradas entre 1813-1815, no Rio de Janeiro, no contexto das obras do autor – a *Gramática Filosófica* e a *Memória sobre um novo princípio da Teórica do Calórico* –, publicadas, no jornal *O Patriota*, também, no Rio de Janeiro, em 1813, e nos 30 fascículos que compõem suas *Preleções Filosóficas*, buscando evidenciar que a ‘lógica dos termos’ aristotélica subjaz em toda a discussão silvestriana no referido período.

PALAVRAS-CHAVE - Silvestre Pinheiro Ferreira. Aristóteles. *Categorias*. *Preleções Filosóficas*. *O Patriota*. Corte Portuguesa no Brasil.

ABSTRACT - The importance of the nineteenth century to the history of the reception of Greek classics in Brazilian political life and the texts that were translated during this period, in addition to being an unequivocal fact, can help us to understand the process of the conception of the idea of a “Brazilian nation”.

In this sense, our goal here is to revisit Silvestre Pinheiro Ferreira’s translation of Aristotle’s *Categories*, published in Rio de Janeiro in 1814 by the Royal Printing, to serve as a basis for his *Philosophical Lectures*, held between 1813 and 1815, in Rio de Janeiro, in the context of the works of the author – the *Philosophical Grammar* and the *Memoir on a new principle of the caloric theory*, published in 1813, also in Rio de Janeiro, in the newspaper *The Patriot* and in the 30 fascicles that form his *Philosophical Lectures*, seeking to highlight that the Aristotelian term logic underlies the whole Silvestrian discussion during the above mentioned period.

KEYWORDS - Silvestre Pinheiro Ferreira. Aristotle. *Categories*. *Philosophical Lectures*. *The Patriot*. Portuguese Court in Brazil.

À memória de Germanus Strazzeri, com saudades das nossas tardes de trabalho na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

‘ὁ βίος βραχὺς, ἡ δὲ τέχνη μακρὴ, ὁ δὲ καιρὸς ὀξὺς, ἡ δὲ πείρα σφαλερὴ, ἡ δὲ κρίσις χαλεπή. Δεῖ δὲ οὐ μόνον ἑωυτὸν παρέχειν τὰ δέοντα ποιεῦντα, ἀλλὰ καὶ τὸν νοσέοντα, καὶ τοὺς παρεόντας, καὶ τὰ ἔξωθεν.

Hp., *Aph.*, I, 1.

“Os fatos são passageiros; as datas incertas; os homens mortais, - só as ideias são permanentes e eternas as categorias por que elas se exprimem.”

Pedro Nava, *Capítulos da História da Medicina no Brasil*, 1948.

Dentre as modificações políticas, sociais e culturais que mobilizaram o Brasil ao longo do século XIX, uma delas é, evidentemente, a formação de uma “identidade nacional” manifesta sob diferentes contextos estruturais, entre os quais a *questão constitucional* será um tema fundamental.

E aqui, quando utilizamos a expressão ‘questão constitucional’, o sentido nela expresso tem um significado mais largo do que aquele que, em princípio, poderíamos reduzir ao processo de elaboração e fixação de uma Carta Constitucional.

Nesse sentido, o que estamos denominando “*politeia* tropical” é um duplo processo que envolve, antes de qualquer outra imposição, o sentido atribuído na tradição do pensamento antigo ao termo *politeia*, isto é, a extensão semântica entre a constituição política, o princípio de cidadania e os direitos e os deveres do Estado e do cidadão, de tal modo que tenhamos uma possibilidade de leitura e compreensão da presença intensa dos autores clássicos no contexto da formação do Brasil como nação, ao longo do século XIX.¹

Sob esse aspecto, a importância do século XIX para a história da recepção dos clássicos gregos na vida política brasileira e as traduções que são elaboradas ao longo desse período, além de serem um fato inequívoco, podem nos auxiliar na compreensão do processo de formação da ideia de ‘pátria’, de ‘nação’, de ‘brasilidade’, e, se nos ativermos à presença da tradução de autores clássicos, veremos que eles estão presentes em momentos chave da vida política brasileira e que podem ser vistos, muito claramente, a partir de três acontecimentos históricos vitais na construção da concepção de ‘nação brasileira’: [i] a alteração do estatuto político, de Colônia a Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1808, com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil; [ii] a emancipação política com a independência de Portugal, em

¹ E aqui parece-nos, ainda, oportuno lembrar que o termo não é usual na língua grega arcaica, sendo encontrado na prosa jônico-ática a partir da segunda metade do século V a.C, inicialmente nos textos dos historiadores e, em seguida, frequentemente, nos textos de filósofos e oradores. Ademais, o termo *politeia* é uma palavra de difícil tradução, cujo significado está interligado aos de *pólis* e *polítes*: se a *pólis* se constitui em uma “comunidade de cidadãos”, a *politeia*, enquanto modo de vida do cidadão, só ganha sentido no interior da *pólis*. Nesse sentido, a *politeia* se manifesta em dois aspectos vitais do pensamento político grego: o direito de cidadania e a forma de governo, o regime político, e enquanto direito de cidadania, a *politeia* determinava os direitos políticos do cidadão e sua participação na estrutura geral da *pólis*, não como um ato meramente jurídico entre o indivíduo e o Estado, mas como um corpo vivo, onde cada cidadão participa da cidadania. Sobre o tema, veja-se, por exemplo: Ehrenberg 1980: 44-77; Manville 1990; Cataldi, 2004, e para uma análise do aparecimento e da difusão do termo *politeia*, veja-se Bordes 1982: 18-33.

1822, e, [iii] a constituição de um “império constitucional” – e seus desdobramentos na guerra do Paraguai, na Abolição da Escravidão e na mudança Constitucional Republicana, em 1889.

Assim, a publicação, no Rio de Janeiro, em 1814, pela Impressão Régia, da tradução de Silvestre Pinheiro Ferreira das *Categorias* de Aristóteles – para servir de texto base para suas *Preleções Filosóficas*, ministradas a partir abril de 1813, no Real Colégio de São Joaquim –, a tradução do idílio de Meleagro de Gadara, *A Primavera*, por José Bonifácio de Andrada e Silva, publicada em Lisboa, em 1816, e as traduções da *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides, do *Prometeu Acorrentado*, de Ésquilo e da *Odisséia*, de Homero, feitas por D. Pedro II, marcarão, definitivamente, a presença e a importância dos clássicos gregos na formação política brasileira no século XIX², espelhando em seus contextos a expressão de momentos decisivos de nossa formação. Os elos entre esses três homens públicos e a tarefa de tradutor exercida por cada um deles, em diferentes momentos da vida política brasileira no século XIX, não são apenas intelectualmente convergentes mas espelham uma “visão de mundo” na qual o pensamento antigo constitui-se, tal como sugerido por Machado de Assis, em *Esau e Jacó*, como um “par de lunetas” que nos permitem uma mais larga compreensão da emergência do Brasil como nação.

Não nos parece mero acaso o fato de Silvestre Pinheiro Ferreira e José Bonifácio de Andrada e Silva escreverem, em 1813, em *O Patriota* – jornal editado no Rio de Janeiro, e publicado pela Impressão Régia ao longo dos anos de 1813-1814 –, artigos sobre metalurgia e química; de Pinheiro Ferreira – o que já estava prenunciado em outro artigo publicado em *O Patriota*, sobre a “gramática filosófica” que estaria na base de suas preleções –, traduzir e publicar as *Categorias*, em 1814, enquanto em 1816, José Bonifácio traduz e publica, em Lisboa, o idílio de Meleagro de Gadara; e que em 22 de novembro de 1843, em carta de Silvestre Pinheiro Ferreira a D. Pedro II, publicada pelo *Diário do Rio de Janeiro*³, reencontremos os problemas da ‘constituição’ e de uma monarquia constitucional, bem como a ideia de ‘confederação’ como modo de manutenção de um ‘governo imperial’, o que, sob um sentido alargado, poderá ser visto como uma reunião temática de nossos três tradutores, agora mediados na sequência política, pelo Imperador do Brasil, às voltas, ao longo do século XIX, com o

² Para uma análise das relações entre as *Preleções Filosóficas*, a tradução das *Categorias*, e a tradução do idílio de Meleagro de Gadara por José Bonifácio de Andrada e Silva, veja-se Moraes Augusto 2010: 313-350 e Moraes Augusto 2012/2013: 128-135.

³ Cf. Ferreira 1843: 1.

Prometeu Acorrentado, de Ésquilo e com a *História da Guerra do Peloponeso*, de Tucídides, e, posteriormente à queda da monarquia, com a tradução da *Odisséia*, de Homero.

Nesse estudo – que é parte de uma análise mais larga, ainda em fase de redação e na qual estão incluídas e relacionadas as traduções acima indicadas –, nos deteremos na obra de Silvestre Pinheiro Ferreira, referente aos anos de 1813-1814, editadas no Rio de Janeiro, pela Impressão Régia: os artigos publicados no jornal *O Patriota*, as *Preleções Filosóficas*, e a tradução das *Categorias* de Aristóteles, que, além de ser a primeira tradução de um autor antigo impressa no Brasil, completa 200 anos de publicação em 2014, procurando apontar em nossas análises, a função que o pensamento antigo cumpriu na consolidação da ‘brasileiridade’ no século XIX. Daí o nosso esforço de uma leitura que, atenta ao tema da *politeia*, possa apontar para uma política fundada nas *categorias* da língua como base da ‘nacionalidade’.

1. As categorias da língua como base da ‘nacionalidade’: Silvestre Pinheiro Ferreira, as *Preleções Filosóficas* e a funcionalidade da tradução na crítica filosófica.

Silvestre Pinheiro Ferreira chegou ao Rio de Janeiro, provavelmente, em 1809 ou 1810⁴, vindo de Londres como funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ficando sem um cargo remunerado até 13 de maio de 1811, quando foi nomeado deputado da Junta do Comércio, e em 17 de fevereiro de 1815, diretor da Junta de Direção da Real Tipografia e da fábrica das cartas de jogar, da qual também era integrante José Maria Lisboa, o futuro Visconde de Cairu⁵. Nesse período, Pinheiro Ferreira não só publicou trabalhos científicos e filosóficos no jornal *O Patriota*, ministrou, no Real Colégio de São Joaquim, suas *Preleções Filosóficas* e traduziu as

⁴ 1810 é a data indicada por Inocêncio Francisco da Silva, em seu *Dicionário Bibliográfico Português* (Silva, 1862, p. 259-273, v.7), e aceita por muitos dos comentadores de sua obra para a chegada de Pinheiro Ferreira ao Brasil, entretanto, Maria Beatriz Nizza da Silva, após um rastreamento das cartas e ofícios enviados por ele a António de Araújo de Azevedo, futuro Conde da Barca, assinala que em 1809 Pinheiro Ferreira chegou a Londres, de onde, neste mesmo ano, embarcou para o Rio de Janeiro. Nesta cidade teria tido dificuldades para encontrar um posto remunerado, pois, “tendo chegado ao Brasil em 1809, ainda em maio de 1811 estava desempregado, vivendo de uma escassa pensão de 53\$000.” Cf. Silva 1975: 11-32. Sobre as relações de Pinheiro Ferreira com o Conde da Barca, cf. Silva 1975: 9-45; Lima 2006: 335-356.

⁵ Cf. Silva 1975: 32. Para as possíveis funções exercidas junto à Real Tipografia, Cf. Silva 1975: 44-45.

Politeia Tropical: a recepção dos clássicos, a tradição política no Brasil do século XIX e a tradução das Categorias aristotélicas por Silvestre Pinheiro Ferreira

- Silva, I. F. da (1862), *Silvestre Pinheiro Ferreira, in Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa, t. 7: 259-273.
- Verney, L. A. (1746), *Verdadeiro Método de Estudar para ser útil à República e à Igreja: proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal exposto em várias cartas escritas pelo R.P.***Barbadinho da Congregação de Itália ao ***R.R.P. Doutor da Universidade de Coimbra*. Valença: Oficina de Antonio Balle. [2 v.]
- Zaidman, D. (1977-1978), “O Patriota, jornal literário, político e mercantil, 1813-1814. Índice”, in Rodrigues, J. H. (Coord.), *Coleção Mattoso Maia de Instrumentos para Pesquisa em História do Brasil*. Niterói: UFF.

2. Aristóteles: Edições e Comentários

2.1 Edições das *Categorias*

- Bekker, I. (1831), *Aristotelis opera, ex recensione Immanuelis Bekkeri*. Berlin: Academia regia Borussica. [Editio altera quam curavit Olof Gigon, Berlin, 1960], p. 1-15, t. 1.
- Bodéüs, R. (2002), *Aristote. Catégories. Texte établi et traduit par R. Bodéüs*. Paris: Les Belles Lettres.
- Casaubon, I. (1590), *Aristotelis stagiritae philosophorum Omnium longe principis*. Lyon: Guillemun Laemarium.
- Colli, G. (1955), *Organon. Introduzione, traduzione e note di Giorgio Colli*. Turin: Einaudi.
- Paluello, M. (1949), *Aristotelis Categoriae et liber De interpretatione, recognovit brevique adnotatione critica instruxit*. Oxford: Oxford University Press. [reimp. 1949, OCT].

2.2 Estudos e Comentários às *Categorias* e História do Texto.

- Bodéüs, R. (1995), “Sur l’unité stylistique du texte des Catégories d’Aristote”, in Motte, A. e Denooz, J. (eds.), *Aristotelica Secunda: Mélanges offerts à Cristian Rutten*. Liège: C.I.P.L.: 141-154.
- Dumoulin, B. (1980), “Sur l’authenticité des Catégories”, in Aubenque, P. (éd.), *Concepts et catégories dans la pensée antique*. Paris: Vrin: 23-32.
- Düring, I. (1990), *Aristóteles*. Traducción y edición de Bernabé Navarro. México: UNAM.
- Rutten, Chr. (1985), *Stylométrie des Catégories. Aristotelica: Mélanges offerts à M. De Corte*. Bruxelles-Liège, Ousía: 315-336.
- Schmitt, C. (1992), *Aristote et la Renaissance*. Traduit de l’anglais et présenté par Luce Giard. Paris: PUF.

3. Estudos e Comentários

- Alcides, S. (2007), “O lado B do neoclassicismo luso-brasileiro: patriotismo e poesia no ‘poderoso império’”, in Kury, L. (Org.), *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Fiocruz: 103-140.
- Bordes, J. (1982), *Politeia dans la pensée grecque jusqu'à Aristote*. Paris: Les Belles Lettres.
- Candido, A. (1976), *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5ª. ed. revista. São Paulo: Editora Nacional.
- Canfora, L. (2002), *Convertire Casaubon*. Milano: Adelphi.
- Canfora, L., Corcella, A. (1992), “La letteratura politica e la storiografia”, in *La produzione e la circolazione del testo*. Volume 1: la pólis. Roma: 433-471.
- Carvalho, L. R. (1978), *As reformas pombalinas da Instrução Pública*. São Paulo: Edusp.
- Cataldi, S. (2004), *Poleis e Politeiai: esperienze politiche, tradizioni letterarie, progetti costituzionale. Atti del Convegno Internazionale di Storia Greca*. Alessandria: Edizioni dell'Orso.
- Costa, J. C. (1956), *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Couto, M. A. (2004), “Gramática e a teorização linguística em Portugal: a Gramática Filosófica de João Soares Barbosa”, *Revista Galega de Filoloxía* 5: 11-31
- Coxito, A. (2006), *Estudos sobre a filosofia em Portugal na época do Iluminismo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Cruz, I. (2001), “Silvestre Pinheiro Ferreira: o viajante sombra”, *Atalaia Intermundos. Revista do Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa* 8/9: 308-330, 2001. (disponível também em <http://www.triplov.com>)
- Ehrenberg, V. (1980), *Lo stato dei greci*. Traduzione de Ervino Pocar. Firenze: La Nuova Itália.
- Ferreira, T. M. T. B. da C. (2007), “Redatores, livros e leitores em *O Patriota*”, in Kury, L. (Org.), *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Fiocruz: 41-66.
- Gonçalves, M. F. (2006), “Iluminismo e pensamento linguístico em Portugal: o exemplo das gramáticas filosóficas”, *Actas do VI Congrès de Linguística General*. Barcelona, 18-21 de abril de Universitat de Barcelona. [Gonçalves, Maria Filomena. Maria https://www.academia.edu/6410929/Iluminismo_e_pensamento_linguistico_em_Portugal_o_exemplo_das_gramaticas_filosoficas]
- Guimarães, M. L. S. (2007), “As luzes para o Império: história e progresso” in Kury, L. (Org.), *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Fiocruz: 67-102.
- Houaiss, A. (2001), *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Politeia Tropical: a recepção dos clássicos, a tradição política no Brasil do século XIX e a tradução das Categorias aristotélicas por Silvestre Pinheiro Ferreira

- Kristeller, P. (1995), *Tradição clássica e pensamento do Renascimento*. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70.
- Kury, L. (2007), “Descrever a patria, difundir o saber”, in Kury, L. (Org.), *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Fiocruz: 141-178.
- Lidell, H. J., Scott, R. e J. (1983), *A Greek-English Lexicon*. Oxford: Oxford University Press.
- Lima, M. de. O. (2006), *D. João VI no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Topbooks.-Lyra, M. de L. V. (1994), *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras.
- Manchester, A. K. (1970), “A transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro”, in Keith, H., Edwards, S. F. (eds.), *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Tradução de Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 177-217.
- Manville, P. B. (1990), *The origins of citizenship in ancient Athens*. Princeton: Princeton University Press.
- Moraes Augusto, M. G. de. (2010), “A tradição da retórica clássica no Brasil: entre a filosofia e a poesia”, in Assunção, T. R., Flores-Jr, O., Santos, M. M. (eds.), *Ensaio de retórica antiga*. Belo Horizonte: Tessitura: 313-350.
- Moraes Augusto, M. G. de (2012/2013), “*Politeia* e utopia: o caso platônico”, *Kléos, Pragmal/ UFRJ* 16-17: 128-135.
- Moraes, R. B. de. (1969), *Bibliografia brasileira do período colonial: Catálogo comentado das obras dos autores nascidos no Brasil e publicadas antes de 1808*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.
- Moraes, R. B. de (2006), *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros.
- Morel, M. (2007), “Pátrias polissêmicas: República das Letras e imprensa na crise do império português na América”, in Kury, L. (Org.), *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Fiocruz: 15-40.
- Nascentes, A. (1967), *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, Imprensa Nacional. 4 v.
- Paim, A. (1974), *História das idéias filosóficas no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Grijalbo, Edusp.
- Paim, A. (1974), “Introdução”, in Ferreira, Silvestre Pinheiro. *Preleções Filosóficas*. 2 ed. São Paulo: Edusp, Editorial Grijalbo: 7-12.
- Pattison, M. (1892), *Isaac Casaubon – 1559-1614*. Oxford: Clarendon Press.
- Praça, J. J. Lopes (1974), *História da filosofia em Portugal*. Lisboa: Guimarães.
- Rizzini, C. de A. (1988), *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: (1500-1822)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Imesp. (Ed. Fac-similar).

- Saraiva, A. J. (1996), *Por uma história da cultura em Portugal: Renascimento e Contra Reforma*. 2.ed. Lisboa: Gradiva. v. 2.
- Sérgio, A. (1934), *Ensaio*. Lisboa: Seara Nova.
- Silva, M. B. N. (1975), *Silvestre Pinheiro Ferreira: ideologia e teoria*. Lisboa: Sá da Costa.
- Silva, M. B. N. (1978), *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821*. 2.ed. São Paulo: Ed. Nacional. (Brasiliana, v. 363)
- Silva, M. B. N. (2005), *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Unesp.
- Sucupira, N. (1976), “O Seminário de Olinda e outros seminários”, in Diegues Júnior, M. (Org.). *História da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: MEC/FENAME/CFC: 356-373.

Nota final

Esta pesquisa vem sendo desenvolvida com o apoio do PNAP/2013, da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a quem agradecemos. Gostaríamos, também, de sublinhar agradecimentos especiais às bibliotecárias da FBN, Vera Lúcia Faillace, chefe da Seção de Manuscritos, à Profa. Ana Virgínia Pinheiro, chefe da Seção de Obras Raras, pela atenção e pela generosidade com que sempre me têm auxiliado nas muitas dificuldades encontradas, como sabemos, no dia-a-dia de uma pesquisa, e ao mestrando Luan Roborêdo Lemos, pelas afinidades na leitura das *Categorias*.

Maria de Fátima Sousa e Silva é Professora Catedrática do Instituto de Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra. Desenvolveu, como tese de doutoramento, um estudo sobre a Comédia Grega Antiga (*Crítica do teatro na Comédia Grega Antiga*), e, desde então, tem prosseguido com investigação nessa área. Publicou já traduções comentadas de nove comédias de Aristófanes, além de um volume com a tradução das peças e dos fragmentos mais significativos de Menandro.

Maria das Graças de Moraes Augusto é Professora Titular no Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A sua investigação sobre História da Filosofia Antiga abrange temas como Platão e a herança platónica, filosofia e conhecimento no pensamento antigo, filosofia e literatura na tradição antiga e recepção dos clássicos gregos no Brasil.

